

Carvalho da Silva considera que a solução é renegociar o memorando

O ex-líder da CGTP diz, no programa “Conversas Cruzadas, da Renascença que “sem a existência de uma renegociação honesta da dívida e sem disponibilização de investimento público e privado não há solução para o país”.

» José Bastos

O sociólogo Carvalho da Silva, ex-líder da CGTP, considera que o actual memorando que está em vigor em Portugal é o maior problema do país. Nesse sentido, defende uma renegociação do que foi assinado com a *troika*.

“O ministro Poiares Maduro referiu 12 vezes a palavra ‘consenso’ na conferência de imprensa do conselho de ministros e, portanto, insiste-se na ideia de que se trata de uma questão de forma. Uma questão de subjugar mais o Partido Socialista. De ganhar mais um espaço no plano social. Mas a questão fundamental é dizer: esse não é o problema”, começa por afirmar Carvalho da Silva, ao programa “Conversas Cruzadas”, da *Renascença*.

“O problema é que com este memorando, sem a existência de uma renegociação honesta da dívida e sem disponibilização de investimento público e privado, não há solução para o país. Não há solução”, sustenta Manuel Carvalho da Silva, no final de uma semana em que, ao fim de cinco meses, o líder do PS voltou a reunir com Passos Coelho.

Por sua vez, Manuel Braga da Cruz, ex-reitor da Universidade Católica, detecta uma mudança de atitude no PS. “Dentro do PS vai crescendo a consciência de que não é com crises políticas que se resolve esta gravíssima crise económico-financeira e social. Dentro da sociedade civil há cada vez mais vozes a exigir aos partidos políticos que se entendam. Porque é que não se têm entendido? Há responsabilidades dos dois lados”, diz.

“Por um lado, nos momentos decisivos, o Governo nem sempre chamou o PS para o informar e convidar a participar em decisões muito importantes, nomeadamente de revisão do memorando. Por parte do PS, também não tem havido aquela flexibilidade suficiente para entender que é, neste momento, uma peça fundamental na reconstrução do país”, sustenta Manuel Braga da Cruz.

“Encanar a perna à rã”

Carvalho da Silva alerta para o perigo de se deixar de fora da busca de soluções as forças à esquerda do PS: “Neste momento, a representação social, a expressão dos descontentamentos, está situada, por razões óbvias, nesse faixa que representará cerca de 30% do eleitorado: o Bloco, o Partido Comunista e a chamada ala esquerda do PS. Trinta por cento a 35% do eleitorado, mas que num contexto destes de crise tem uma representação social muito significativa”, diz.

“Tentar uma solução sem considerar estes dados e pensar que o consenso entre aqueles que, no fundo, têm a responsabilidade primeira de aqui termos chegado - a primeira, não a única responsabilidade - é um absurdo. É um absurdo. Não passa de um exercício de encanar a perna à rã: discussão de forma sem discussão dos problemas reais”, afirma o ex-líder da CGTP e actual investigador do Centro de Estudos Sociais.

Carlos Moreno, juiz jubilado do Tribunal de Contas, des-

taca a possibilidade das parcerias público-privadas (PPP) enfrentarem uma taxa fiscal, medida saída da reunião-maratona do conselho de ministros destinada a desenhar os cortes de 800 milhões de euros. “Em 2010, eu escrevi um livro em que proponho 30 medidas de racionalização da despesa pública, uma das quais a redução drástica das taxas de rentabilidade das PPP, quer do capital e suprimentos dos accionistas, quer das remunerações dos sindicatos bancários. Agora oiço pela primeira vez falar a sério neste assunto”, diz Carlos Moreno.

“Não há dúvida nenhuma que o Governo se atrasou e tem sido tudo feito ao contrário”, acrescenta o juiz, também especialista em finanças públicas. Carlos Moreno estranha, igualmente, a visibilidade do novo ministro Poiares Maduro em contraste com a ausência de Vítor Gaspar.

“A generalidade dos portugueses já não está na idade da inocência. O pai da austeridade não pode passar a paternidade do crescimento económico para alguém, por muito bom currículo académico que tenha. Há aqui um problema de credibilidade. Ponho as questões nestes termos: no futuro, quem vai mandar? É o ministro das Finanças ou é o ministro Poiares Maduro? Algum português sabe responder a isto? Nenhum sabe”, afirma Carlos Moreno.

Futuro de Portugal na moeda única?

Sem tomar posição contra ou a favor, Carvalho da Silva defende, ainda assim, que se debate o futuro de Portugal na moeda única. “Quando surgiram os primeiros sinais de crise e se dizia ‘isto não pode ser’ e havia quem, como o professor João Ferreira do Amaral, dizia ‘nós não temos possibilidade de resposta no quadro do euro’, contrapunha-se ‘não, com um abandono teríamos perdas de rendimento de 30% a 40%’. A verdade é que não saímos e o nosso rendimento já caiu e a nossa economia está destruída”, diz o sociólogo. “Eu só sei que hoje em Itália, Espanha e França se discute o problema do euro e em Portugal também se tem de discutir”, defende Carvalho da Silva.

Manuel Braga da Cruz não vê premência no debate: “Não acho que seja urgente [debater o nosso futuro no euro]. É possível e é legítimo, mas não creio que seja urgente. Urgente é fazer as apostas que podemos fazer no crescimento. E há boas notícias no país. Por exemplo, a forma como o sector exportador se está a comportar”, sublinha.

Já para o juiz Carlos Moreno, medidas para que o país progrida são algumas das que possam reanimar a classe média e estimular o consumo interno. “Com descontos de 50% nas portagens e preços mais reduzidos, a medida a que se aproxima o Verão, os portugueses da classe média que deixaram de poder rumar ao estrangeiro são capazes de ir ao Algarve oito dias em vez de um mês”, conclui Carlos Moreno.